

Memórias de um documento: a Conferência de Medellín à luz dos escritos de José Comblin

Conversion and reform from Medellín Conversion and reform from Medellín

Elenilson Delmiro dos Santos
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Resumo

Consideramos, neste ensaio, ser possível compreender a Conferência de Medellín (1968), seus embates e desdobramentos, através de acentos que não se situam, especificamente, dentro do contexto do próprio evento. Para isso, a análise de documentos que foram produzidos como preparativos para a realização dessa Conferência se torna uma opção metodológica importante, no sentido de perceber esse evento em uma perspectiva que vai além das suas pautas pastorais e eclesiológicas. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo pensar os direcionamentos da Conferência de Medellín tendo como principal referência de análise um documento produzido pelo padre José Comblin, no ano de 1968. Consideramos que o referido documento se apresenta como uma fonte de grande valor informativo quando se busca fortalecer a ideia de que o gesto profético da Igreja em favor da opção pelos pobres, que foi tomado pela Conferência de Medellín, não foi subsidiado levando em conta, tão somente, a herança do Vaticano II, mas pesou, em grande medida, a própria conjuntura social e política vivida pela América Latina.

Abstract

In this paper, it is considered to be possible to understand Medellín Conference (1968), its clashes and unfoldings by means of accent marks that do not situate, specifically, inside the context of the event itself. Thereunto, the analysis of documents that were produced as preparations for the realization of this Conference becomes an important methodological option, in the sense of perceiving this event in a perspective that goes beyond its pastoral and ecclesiological agenda. In this sense, the present paper aims to think the directions of Medellín Conference, and the main analysis reference is a document produced by priest José Comblin, in 1968. It is considered that the referred document is presented as a source of great informative value, when it is sought to strengthen the idea that the prophetic gesture of the Church in favor of the option by the poor, which was taken by Medellín Conference, was not subsided considering only the heritage of the Vatican II, but largely, the own social and political conjuncture lived by Latin America.

Palavras-chave

Conferência de Medellín.
José Comblin.
Fonte Documental.
América Latina.

Keywords

Medellín Conference.
José Comblin.
Documental Source.
Latin America.

Introdução

São muitas as formas para se entender e dimensionar a importância de uma Conferência Episcopal. No caso específico da Conferência do Episcopado latino-americano realizado na cidade de Medellín, na Colômbia, entre 26 de agosto e 6 de setembro de 1968, encontra-se atualmente à nossa disposição uma vasta produção sobre o assunto. Produção essa que, a partir de diferentes campos do conhecimento e por meio de abordagens conceituais distintas, ajuda-nos a refletir, cinquenta anos depois, o que de fato foi e qual o verdadeiro alcance que podemos atribuir a essa Conferência.

Entre os numerosos e importantes trabalhos que já se encontram publicados até então, como referência, citamos o estudo recente do pe. José O. Beozzo (2018). Nesse texto, o referido autor faz uma reflexão justamente sobre o quinquagésimo aniversário de Medellín. Para isso, como ele mesmo menciona, resolveu recolher depoimentos e fazer alguns balanços sobre a II Conferência latino-americana no decorrer das últimas cinco décadas. Dentro de cada uma, ora se balizando por depoimentos orais, ora por outras formas de análises investigativas, apontou alguns momentos decisivos que fizeram da Conferência de Medellín e das demais conferências eventos profundamente significativos, não apenas por sua função episcopal, mas por sua natureza eclesial.

Nessa direção, eis que o termo evento, na forma como foi utilizado por Beozzo, adquire relevância nesta comunicação, principalmente quando discutido no sentido proposto por Marshall Sahlins. Nos estudos deste antropólogo, a questão do *evento* lhe é um tema recorrente. Aqui, porém, estamos nos referindo a esse termo no sentido como aparece na sua obra *Cultura e razão prática* (2007). A partir desse estudo, ao falar sobre evento, Sahlins procura estabelecer uma relação entre estrutura e evento. Nesse estabelecimento, “um evento torna-se uma relação simbólica” (SAHLINS, 2007, p. 31). Em torno dessa construção, compreendemos que, quando o referido autor fala em evento, está-se referindo não apenas a um acontecimento que se deu em um momento específico da história, mas a algo que reverberou pelo

mundo, extrapolou os limites da sua própria comunidade e foi além dos seus objetivos internos.

Desse modo, entendemos que a Conferência de Medellín é isso: um evento que repercutiu em toda a América Latina, até pelo mundo, não só no âmbito eclesial, mas em outras esferas desse continente. Esferas que, depois de sua realização, de alguma forma, viram-se afetadas e modificadas por ela. Por conta disso, estamos considerando, neste ensaio, que a referida Conferência foi grande demais para ser vista de um ponto de análise específico. Em função disso, estamos considerando que precisamos de fontes que nos proporcionem uma visão mais ampla sobre o assunto. Nesse sentido, o documento que foi produzido por José Comblin, em março de 1986, ou seja, poucos meses antes da realização da Conferência de Medellín, mostra-se como uma fonte privilegiada para o objetivo principal dessa comunicação, no caso, o de pensarmos a Conferência de Medellín através dos resultados desse documento.

A fim de chegarmos a esse objetivo, dividimos o presente texto em três momentos. No primeiro, apresentaremos alguns dos principais acontecimentos que se deram no exato ano de 1968, de modo particular no Brasil, no sentido de apresentar os climas social e político em que ocorreu a Conferência. No segundo momento, interessa-nos discorrer sobre a importância do referido registro como fonte e como ele pode ser fundamental diante da possibilidade de acesso a novas informações, esclarecimentos e indicações de leitura sobre determinados fatos, ainda mais diante de uma temática cuja discussão, ao que parece, está longe de um esgotamento. Por último, buscaremos fazer uma apresentação do fato que ficou conhecido como o *Caso Comblin*, de acordo com Alzirinha R. Souza (2018) e, logo depois, desenvolver uma resenha do próprio documento produzido por José Comblin, no sentido de colocar em evidência as várias problemáticas sociais para as quais esse teólogo quis chamar a atenção.

1968: uma breve memória

Do ponto de vista histórico, o ano de 1968 parece marcado por uma série de acontecimentos ainda não resolvidos. Não por acaso, esse ano específico dispõe de um lugar vivamente preservado em nossa memória histórica. Isso porque a nossa memória imediata, quando usada para acessar informações relativas aos tempos de outrora, em geral, é ativada de modo que as representações do tempo atual se apresentem como parâmetros balizadores para as lembranças que se busca acessar. Por conta disso, torna-se natural que os acontecimentos de 1968 ainda deixem em evidência a necessidade de novos apontamentos, posto que suas conclusões encontram-se ainda em aberto.

Quanto a isso, atentemos para a obra *Pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire (1968). Assim como Medellín completou, no ano de 2018, cinquenta anos, esta obra também viveu nesse corrente ano as suas bodas de ouro. Tudo isso, sem parecer que esse meio século de existência lhe tenha colocado em situação obsoleta. Ao contrário, desde que Freire, que na ocasião se encontrava refugiado no Chile, presenteou-nos com esse trabalho, considerado por muitos sua obra de referência, os impactos que vieram com ele ainda continuam causando muito barulho. Alguns setores dos campos da educação, da política e da cultura se viram, e muitos ainda se vêem, fortemente influenciados por ela. Diversos países dos demais continentes, e seus diversos campos de estudo, reconheceram a sua contribuição. Afinal, mais do que algo meramente propositivo, trata-se de um trabalho que parte de uma realidade concreta de opressão para fundamentar as suas concepções. Por conta disso, sua atualidade é justificada, pois mudaram-se os personagens, mas a realidade de opressão continua seguindo o seu curso.

Sem dúvidas, revisitar o ano de 1968 é colocar-se diante de muitos atos opressivos e, igualmente, revolucionários que provocaram, ao mesmo tempo, efeitos danosos e de esperança na sociedade. Dessa situação, resulta a existência de uma multiplicidade de temas e de abordagens. Esse período se fez, ainda, como um dos momentos em que a política, a cultura e, de modo particular, as instituições religiosas se vissem desafiadas, em seus fins práticos,

frente à conjuntura estabelecida. Isso porque o regime militar passou a implantar em suas estruturas novos elementos que fortaleciam ainda mais o regime, no sentido de continuar buscando meios para se efetivar no poder, o que fez com que as demais representações civis buscassem afirmar sua presença. Assim, um dos pontos fundamentais era ter que tomar um posicionamento, se contra ou favorável ao sistema. Por esta razão, essas representações, muitas vezes, estiveram em situações de conflitos ideológicos em seus próprios círculos internos.

É bem verdade que, em meio às conjunturas e estruturas de 1968, ao fazermos uma breve memória desse período, estamos desenvolvendo-a de forma não linear por reconhecermos que não é tarefa fácil reproduzi-lo em todos os seus acontecimentos tal qual eles realmente ocorreram. Quanto a isso, vale mencionar que as nossas fontes bibliográficas operam por descontinuidades. Entretanto, há fontes que nos permitem uma ligeira exceção. Há fontes, quando do seu acesso direto, que nos proporcionam o fascínio do vivido, do ocorrido em primeira instância. É nesse sentido que o documento de Comblin, em meio a todos os acontecimentos de 1968, além de fazer parte do rol de acontecimentos desse ano, por ser ele também resultado desse período, acena-nos com clareza para uma visão crítica do que acontecia e, da mesma forma, do que estava por vir na Conferência foco de nosso estudo. É claro, de todas as manifestações desse ano, é de nossa compreensão que encontramos nele sustentação para pensarmos os direcionamentos que foram tomados em Medellín.

Medellín através de um documento escrito: por quê?

“A história faz-se com documentos escritos, sem dúvidas. Quando existem” (FEBVRE apud. LE GOFF, 2013, p.490). A citação de Lucien Febvre (1878-1956) complementa-se a outra: “sem problemas não há história”. Charles Seignobos (1854-1942), por sua vez, preferiu dizer que “sem documentos não há história”. Sem querer entrar no mérito da problemática, nesse caso, em querer saber do lado de quem se encontra a razão, se é que existe um lado

verdadeiro quanto a isso, preferimos dizer que essas duas correntes de pensamento fazem muito sentido quando utilizadas como direcionamentos teóricos e práticos para pensarmos a Conferência de Medellín. De um modo ou de outro, é de nosso entender que essas duas correntes em algum momento na história da referida Conferência vão fazer sentido. Contudo, nossa investigação de momento parte de um problema gerado por um documento, assim, por ora, ficamos com Seignobos.

Nessa perspectiva, estamos considerando que a Conferência de Medellín nos deixou um legado demasiadamente grande. Por isso, pensar esse evento, antes e depois de sua realização, através de um documento específico, torna-se uma opção interessante. Se por um lado os documentos frutos dessa (dezesseis ao todo, advindos das suas conclusões) são importantes para fazermos memória do legado eclesial e pastoral deixado por outro, os documentos que foram produzidos anteriormente para subsidiar os delegados presentes e que serviram para iluminar e provocar os debates no decorrer dessa mesma conferência não são menos importantes. Por essa razão, acreditamos que o documento produzido por Comblin se apresenta como uma fonte de grande potencial por designar um conjunto bastante diversificado de informações no que diz respeito à conjuntura social, política e cultural da época, sendo, por isso, importante para pensarmos Medellín.

Ora, fascina numa fonte não apenas o acesso a possíveis novas informações, mas a possibilidade de buscar uma maior aproximação dos acontecimentos e dos anseios de um tempo passado. Tempo esse que, muitas vezes, ainda lança inquietações sobre o tempo presente. Em se tratando do documento de Comblin, esse se coloca como um tipo de fonte, mas não sendo a única produzida levando em conta a demanda de uma época. Já em relação ao evento que veio depois dele, a Conferência de Medellín, podemos dizer, ter-se tratado de um momento para se discutir e apresentar algumas respostas frente a essa demanda. Portanto, ser capaz de compreender tal relação, demanda e resposta são fundamentais. Por essa razão, consideramos que o documento de Comblin, como apresentação de uma demanda, foi de grande contribuição para a Conferência de Medellín.

Nesse sentido, podemos dizer que a referida Conferência foi, sem dúvidas, um evento que proporcionou a produção de muitas fontes. Da mesma forma, também podemos dizer que muitas fontes serviram para produzir Medellín. Assim, uma vez produzidas, todas elas podem ser consideradas como um ponto de partida para compreender o que foi essa Conferência. Vale mencionar que, no campo da História, por definição, o homem produz as fontes históricas. Assim, à medida que este homem produz as fontes, ele também está produzindo uma forma de conhecimento. Nessa direção, compreende-se que os meios dos quais ele se utiliza para isso se tornam um fator relevante de investigação, pois podem, ao mesmo tempo, revelar os desdobramentos do mundo social e cultural de quem produz. Desta feita, não apenas a fonte, mas o próprio sujeito que a produz se torna, ele próprio, figura determinante para uma aproximação compreensiva dos fatos que se investigam.

Desse modo, se fosse nossa opção investigar a Conferência de Medellín tão somente através dos documentos que surgiram depois do evento ocorrido, não seria, de modo algum, uma tarefa que nos colocasse diante de maiores dificuldades. Ao contrário, como já mencionamos anteriormente, se considerarmos o número de documentos que se encontram ao nosso alcance, o que eleva as nossas possibilidades de reflexões, certamente, nossa tarefa seria bastante confortável. Todavia, tomar esse caminho de forma exclusiva foge, no momento, ao nosso interesse. Por isso, nossa opção por um documento escrito antes da realização da Conferência para pensar os seus desdobramentos tem a ver, justamente, com o desafio de recuperar uma memória que consideramos ter sido pouco acessada. Um documento que, inclusive, foi publicado no jornal *Diário de Pernambuco*¹, da cidade do Recife/PE, em sua edição do dia 12 de junho de 1968.

Quanto a isso, se fosse o caso de considerarmos o devido periódico como fonte, seria correto mencionar que iniciamos nossa abordagem investigativa considerando que o pensamento de Comblin, posto em uma fonte impressa, no

¹Fundado no dia 7 de novembro de 1825, por Antonio José de Miranda Falcão, inicialmente como folha de anúncios, o *Diário de Pernambuco*, com seus quase dois séculos de existência, tem uma história que o coloca, atualmente, como um dos jornais mais antigos em circulação na América Latina.

ano de 1968, torna-se relevante na medida em que poderíamos tomá-lo como uma fonte de pesquisa histórica e não como uma fonte de verdade histórica. Como sugerem Márcia P. da Silva e Gilmar Y. Franco (2010), é de grande prudência não esquecer que, ao tomarmos um jornal como fonte, não significa pensá-lo como receptáculo de verdades. Ao contrário, o que se propõe, nesse caso, é pensá-lo “a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos” (SILVA; FRANCO, 2010, p. 5).

Desse modo, o jornal pode apresentar-se não apenas como uma fonte privilegiada, mas como um veículo de compreensão da realidade de uma determinada época e, principalmente, de como determinados grupos faziam uso de suas representações no sentido de lidar com as demandas do seu tempo. Isso implica dizer que podemos também considerar existir nesse tipo de documento uma série de interesses, mesmo que sejam peculiares somente ao próprio jornal. Um texto impresso, como um jornal, por exemplo, impõe a necessidade de estabelecer um conjunto de categorizações e classificações, assim como são no uso de qualquer outro tipo de fonte. Feito isso, entende-se que as informações das quais essas fontes são portadoras se tornam de grande utilidade para a pesquisa de interesse. Podemos, inclusive, através da pesquisa de Márcia J. Espig (1998), elencar algumas delas:

O jornal possui toda uma série de qualidades peculiares, extremamente úteis para a pesquisa histórica. Uma delas é a periodicidade: os jornais constituem-se em verdadeiros “arquivos do cotidiano”, nos quais podemos acompanhar a memória do dia a dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos. Outra é a disposição espacial da informação, que nos permite a inserção do acontecimento histórico dentro de um contexto mais amplo. E outro aspecto singular do material jornalístico é o tipo de censura sofrida, diferentemente de outras fontes que poderão ser submetidas a uma triagem antes de serem arquivadas (ESPIG, 1998, p.274).

Assim, não restam dúvidas de que, quando do fazer científico, o uso de documentos como fontes, sejam eles textos jornalísticos impressos ou textos escritos, em qualquer situação, deve ser valorizado. Para isso, cabe ao

pesquisador fazer as escolhas metodológicas e teóricas corretas, para que se propicie extrair o máximo de informações que eles possam revelar. No caso específico do documento escrito, ele pode suscitar uma verdadeira revolução naquilo que ele pode sugerir. No tocante ao escrito em questão, é de nossa compreensão que ele foi revolucionário, não apenas pela temática da revolução, da necessidade de se fazer uma revolução, conforme consta no teor desse documento, mas, principalmente, pela riqueza de informações que dele se pode extrair. Ou seja, estamos considerando que o documento foco deste trabalho não pode deixar de ser entendido como apelo social e religioso de uma época.

O documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2012, p. 295).

É bem isso que, em nosso entender, revela o documento de José Comblin, no caso, o testemunho presencial de um teólogo que não se contentou em simplesmente acompanhar como ouvinte as categorizações insensíveis e, em certas situações, distorcidas da realidade, conforme ele próprio afirma, feitas por um grupo de intelectuais que, no final, em nada contribuía para expor as verdadeiras demandas da América Latina em seus anos que antecederam a Conferência de Medellín. Por isso, diante das interpretações que considerava equivocadas e que, certamente, iriam trazer como consequência respostas fora de sintonia com o contexto da época, não deixou de elaborar suas próprias considerações sobre a realidade latino-americana. Sem demora, e diante da urgência, Comblin buscou cumprir, a um só tempo, o papel de historiador e sociólogo, tendo por fim realizar uma reflexão que expusesse, como disse D. Helder Câmara, citado por Alzirinha Souza (2018), algumas verdades terríveis sobre a América Latina.

A realidade latino-americana através do documento de José Comblin

O documento do qual tratamos de forma convicta como fonte resultou em consequências das quais ainda temos muito que investigar. Foram muitas as implicações que, quando este foi a público, provocou, inicialmente na Arquidiocese de Olinda e Recife e, sem muita demora, em outras estruturas católicas do Brasil. Não por acaso, por conta de seu conteúdo ter sido considerado revolucionário e subversivo, consideramos que esse também assumiu conotações de evento. Por isso, passou a ser conhecido como o *Caso Comblin*, conforme esclarece Alzirinha Souza (2018). De acordo com essa autora, o devido documento, que teve por título *Notas sobre o documento de base para a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*, foi produzido em preparação para a Conferência de Medellín, por solicitação de D. Helder Câmara.

Movido pelo interesse que houvesse nessa Conferência consequências práticas e imediatas, “D. Helder solicita em março aos professores do ITER uma análise social e eclesiológica do momento brasileiro na época” (SOUZA, 2018, p. 40). Já o Instituto de Teologia do Recife (ITER), nascido no pós-concílio e, justamente, no ano em que ocorreu a Conferência de Medellín, sempre esteve, de alguma forma, envolvido nos momentos marcantes do período. Conforme afirma Newton D. Cabral, “tratava-se de um centro de reflexão em que a atividade intelectual seria a tônica, porém com o cuidado de não ser uma reflexão estéril, meramente especulativa, sem vínculos com a realidade” (CABRAL, 2008, p. 184). A busca por essa proximidade com a realidade colocou o ITER em uma forte ligação com D. Helder Câmara. Não surpreende, então, que o *Caso Comblin* se tenha iniciado entre os seus professores, por uma equipe coordenada por Comblin.

O evento conhecido como “Caso Comblin” se inicia quando em, em 11 de junho de 1968, o jornal “Diário de Pernambuco”, que historicamente era opositor do arcebispo, impulsionado pelo discurso de W. Wanderley na Câmara Municipal, publica partes desse documento. Em seu discurso, afirmaria: “era um documento capaz de conduzir à prisão numerosos padres, mas

também o arcebispo” (DDP, 11/06/68). Esse era considerado uma verdadeira bomba revolucionária assinada por José Comblin (SOUZA, 2018, p.40).

Como é conhecido de muitos que estudam alguns dos aspectos práticos da vida de Comblin, este sempre se posicionou de maneira a considerar a especificidade da América Latina. Suas argumentações continuamente primaram para que houvesse uma particular atenção para as principais discussões que se davam na época. Aspectos de uma intelectualidade tanto exigida na Europa e que, a partir de então, na América Latina, encontrou uma importante eficácia, principalmente, quando se direcionou para o cuidado da vida integral de cada membro da sociedade.

Sem dúvidas, o delicado contexto social que se via na América Latina exigia esse tipo de postura de um profeta comprometido com a causa social dos mais pobres. E foi isso que fez Comblin. Em seu artigo intitulado *Medellín: vinte anos depois*, fez questão de lembrar que a população pobre foi um dos temas centrais dessa Conferência. Em suas palavras, a Igreja sempre esteve muito ligada às classes privilegiadas, agora, “Medellín pretende inaugurar um novo período em que a Igreja estará convivendo com os pobres, participando dos seus sofrimentos e de suas lutas” (COMBLIN, 1988, p.811). E, voltamos a dizer, foi isso que fez Medellín.

O documento de Comblin: uma recensão

Preocupado com as generalizações que tomavam conta dos conceitos sociológicos e econômicos que se faziam ao longo do século XX sobre a realidade latino-americana, Comblin, logo no início do seu escrito, deixou claro que muitos desses conceitos, sejam americanos e/ou europeus, precisavam ser revisados. À medida que avança em suas análises, ao longo do texto, vai mostrando as suas justificativas para essa tomada de posição. Por levar em conta essas necessidades conceituais que se tinham, Comblin se propõe, ele mesmo, a fazer uma apreciação histórica da América Latina de modo a explicar os fenômenos que, no seu entendimento, são as principais causas do seu

subdesenvolvimento. Assim, ao longo das 27 páginas do seu escrito, percebe-se que, para ele, a história se mostra como o campo capaz de apresentar algumas respostas nesse sentido.

Desse modo, como diz José Comblin, “deixar de levar em conta essa história é privar-se de considerações úteis e condenar-se a permanecer num nível de generalidade em que os conceitos ficam inócuos e relativamente estéreis” (COMBLIN, 1968, p. 1). Munido dessa perspectiva analítica, o referido autor estrutura seu texto de modo que, em diferentes momentos, vai pondo em destaque alguns termos-chaves que considerava ser decisivos para as situações de desigualdades da América Latina. Em relação a isso, por conta da expansão do texto e da riqueza de informações que ele apresenta, o que demandaria um trabalho de maior fôlego e de dedicação somente a essas informações, limitá-los-emos, aqui, a chamar a atenção para apenas alguns dos seus apontamentos.

De início, apresenta a questão da aristocracia como um problema relativo a este continente, inclusive, sem precedentes se comparado a outras localidades. Insiste em dizer que existe, por parte da classe aristocrática, uma situação de comodismo quanto à sua boa condição social e aos privilégios que dispõe. Por parte das classes menos favorecidas, o caminho que lhe convinha para superar essa situação de desigualdade seria apenas com uma revolução. Não é preciso dizer que, no contexto de produção desse texto, período da Ditadura Militar, falar em revolução foi o mesmo que assinar um novo *manifesto comunista*. Sem dúvidas, um termo problemático para a época, pois evidenciava as desigualdades sociais existentes. Tão problemático que, no texto, Comblin fez questão de mencionar, partindo de exemplos, como essas desigualdades ocorreram em outros continentes. Daí lança a seguinte pergunta: como fazer a revolução na América Latina diante de nossas diferenças sociais e culturais? Como resposta, entende que:

[...] na América Latina não haverá desenvolvimento global, nem formação de nações desenvolvidas sem uma ou várias revoluções sociais (feitas pacífica ou violentamente de acordo com o nível de sabedoria dos diversos protagonistas). Podemos prever que a amplitude dessas revoluções sociais vão superar de longe o que houve na história europeia (COMBLIN, 1968, p. 2).

Como se vê, quando fala em sabedoria dos diversos protagonistas, logo se compreende por que a cultura se tornou um fator importante. Não por acaso, Comblin chamou a atenção para o termo cultura. Em sua análise, a dependência cultural dos latino-americanos em relação aos ibéricos deve ser considerada. O autor parte do princípio de que não se pode colocar de maneira séria os problemas das transformações sociais da política e das questões sociais latino-americanas sem deixar de reconhecer o legado da cultura ibérica, no caso, seu anarquismo, seus tipos de lideranças e as verdadeiras formas de participação no poder. Outra questão de gravidade que menciona se refere à participação da Igreja no processo de subdesenvolvimento da América Latina. Para Comblin, a Igreja não pode ser considerada ausente no subdesenvolvimento.

Na verdade, insiste em dizer que em momento algum essa “ficou ausente do processo. Por isso, se, se reconhece que há subdesenvolvimento na América Latina, a Igreja não pode ser considerada inocente desse subdesenvolvimento” (COMBLIN, 1968, p. 5). Relacionado a essa questão, encontra-se, por um lado, a falta de cumprimento do papel da Igreja frente ao atendimento às massas rurais e, por outro lado, a consideração de que existe, por parte da mesma Instituição Católica, uma considerável solidariedade com os grupos dominantes. O clero, formado exclusivamente de pessoas assimiladas às classes altas, demonstra, de acordo com Comblin, de toda sua incapacidade de se aproximar e compreender sequer a religião popular. Além disso, em muitos casos, “o clero solidariza-se com o grupo dominante, adotando-lhe os pontos de vista nos problemas sociais ou de maneira, na maneira de encarar o assim chamado problema de desenvolvimento” (COMBLIN, 1968, p. 7), o que justifica, para o autor, os esforços atuais (na época) da necessidade de uma renovação pastoral.

Outra questão-problema da Igreja, que repercute na sociedade, é a sua incapacidade de organização. Prova disso, argumenta Comblin, é a dispersão verificada em suas dioceses e paróquias. As arquidioceses, por exemplo, não conseguem formar um plano de ação conjunto, o que confere a oportunidade de poder comparar essa situação aos antigos modelos feudais. Tais considerações feitas por Comblin se tornam preparativos para, logo em seguida,

adentrar no problema do colonialismo da Igreja. Este colonialismo do qual se refere seria, então, fruto dessa desorganização. E mais, essa desorganização gera uma dependência do capital estrangeiro e, conseqüentemente, uma alienação das novas instituições religiosas. A não ser, é claro, que saibam fazer uso temporário dessa situação. Porém, não é só disso que trata esse colonialismo.

Segundo Comblin, o assistencialismo, se não estiver direcionado para uma mentalidade de conquista, de promoção humana, de saída do sujeito de sua situação de dependência, acaba se tornando nada mais que parte da estrutura econômica que ajuda a tornar os pobres objetos para ações de caridades dos ricos e da própria Igreja. Ou, como prefere dizer: “tornaram-se os assistidos profissionais das obras da Igreja sem que se realize uma verdadeira obra de promoção ou recuperação humana” (COMBLIN, 1968, p. 10). Não muito distante a esta situação, Comblin também chama a atenção para o ensino classista, da qual a Igreja é colaboradora. Uma educação que, por dedicar-se aos grupos privilegiados, acentua ainda mais o problema do subdesenvolvimento da América Latina. Contudo, faz ainda questão de ressaltar que tal situação talvez não fosse algo proposital por parte da Igreja. Mas, ainda assim, a verdade é que este fato existe e colabora para a manutenção do abismo cultural.

Quanto à cultura, “sabe-se que [...] é um dos maiores fatores de condensação de uma classe aristocrática” (COMBLIN, 1968, p. 10). E não só ela, outras ocorrências são apresentadas por Comblin como reprodutoras do subdesenvolvimento. Algumas delas, novamente, contando com a participação da Igreja, por exemplo, na forma com que essa trata os seus empregados; nas burocracias eclesiásticas. Outra situação tem a ver com funcionalismo cartorial, que se constituem modelos de administração subdesenvolvida. Nessa mesma direção, assim como se observa na sociedade, existe uma evasão dos técnicos mais qualificados para os países desenvolvidos; da mesma forma, o mesmo ocorre na Igreja com os seus sacerdotes com melhores formações. Desculpas se multiplicam quanto a isso, mas a verdade é que muitos saem em busca de melhores condições para si mesmos.

Ainda de acordo com Comblin, a religião primitiva e as estruturas clericais também são um problema. Mas, ao referir-se à *Doutrina Social da Igreja*, fá-lo de maneira a alertar que esses problemas vão encontrar dentro dessa doutrina social os caminhos necessários para o seu enfrentamento e superação. Entretanto, é bem verdade que, na prática cotidiana, essa doutrina não foi colocada em favor da superação. A verdade é que, para Comblin, não cabe à Igreja, tampouco ao clero, definir o caminho para o desenvolvimento da América Latina. Ao expor essa opinião, ele se direciona de forma específica para o problema do poder ou o problema político. Deste ponto em diante, Comblin insiste na política.

Na América Latina, concorda que, devido à ineficiência das instituições presentes na sociedade, a via democrática não será o suficiente para ajudar a superar o subdesenvolvimento. Por isso, talvez seja possível fazê-lo pela força, por um Estado forte (o que não implica dizer fazer uso de meios violentos). Ao se referir à conquista do poder, Comblin volta a mencionar a Igreja, que até o século XX sempre esteve de acordo, e até copiava as instituições que se impuseram pelo uso da força, assim como fez o episcopado brasileiro ao aprovar a “revolução” de 1964. Nesse sentido, “seria estranho que a Igreja não estivesse implicada nas atitudes dominantes dos latino-americanos face ao poder” (COMBLIN, 1968, p. 16). Vê-se, ainda, que, nesse período, a Igreja educou os seus cristãos para uma vida doméstica em detrimento a de uma vida política. Ou seja, Comblin entende que a educação católica poderia ter suscitado muitas vocações políticas se tivesse colaborado nas formações de muitos grupos.

Atento ao problema da mentalidade em desenvolvimento, que diz respeito à revolução cultural, Comblin compreendeu ter existido uma contradição entre o que disse o Vaticano II, quando sugeriu que o mundo estava caminhando para uma transformação cultural, e o que, de fato, se percebia na América Latina, no caso, o atraso desse processo. Daí evoca a problemática: como remover o obstáculo e fazer com que as massas latino-americanas participem no processo de modernização? Nesse processo, a religião popular, em grande parte fortalecida pelo próprio clero, e em benefício aos seus próprios

interesses, torna-se um problema por não favorecer essa evolução, já que suas práticas tendem a se manterem no atraso cultural.

Seguindo sua escala analítica, Comblin chega ao problema da socialização, que tem a ver com o problema de consciência dos ricos. Isso porque, ante os sacrifícios que se exigem para o desenvolvimento, a carga mais pesada sempre é colocada sobre os mais pobres, ao passo que, para os mais ricos, permanece a situação de privilégios. Em vista da superação desse sistema, o autor acredita ser preciso a formação de uma consciência nacional aliada a um Estado forte, de modo que esta aliança possa contradizer a herança cultural deixada pelos ibéricos, marcada pelo individualismo aristocrático, pelo isolamento familiar, pelo anarquismo e por outras circunstâncias por ele apontadas.

Por último, o que resta em seu documento é a esperança de um futuro melhor, que passa pelo compromisso não só da Igreja, mas da própria religião. Portanto, Comblin considera que, diante do desinteresse internacional em querer colaborar no desenvolvimento das sociedades subdesenvolvidas, eis que faz a pergunta: “qual é o lugar dos católicos na política internacional?” (COMBLIN, 1968, p. 24). Ele encerra seu documento fazendo algumas considerações a respeito, seis ao todo.

O documento de Comblin e sua “presença” nas conclusões da Conferência de Medellín

A Conferência de Medellín, em termos numéricos, se comparada ao Concílio Vaticano II, não foi uma assembleia de grandes proporções, tampouco de longa duração.² Os números exatos dos participantes dessa conferência, por exemplo, tornam-se um problema, em uma perspectiva quantitativa, na medida

² Diferentemente dos quatro anos de duração do Concílio Vaticano II, a Conferência de Medellín se deu no transcorrer de doze dias, de 26 de agosto a 6 de setembro de 1968. A assembleia foi aberta pelo Papa Paulo VI, na cidade de Bogotá/Colômbia. Apresentando como proposta temática *A Igreja na presente transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II*, essa Conferência foi considerada por muitos como uma alternativa para colocar em prática alguns direcionamentos pensados no Concílio Vaticano II, de modo que esses pudessem atender, de maneira específica, às urgências da Igreja e dos povos presentes na América Latina.

em que as fontes bibliográficas que dispomos se mostram distintas entre si. Ainda assim, a não exatidão dos números se faz, aqui, um dado de pouca relevância, pois nos interessa que essas mesmas fontes, naquilo que diz respeito às questões pastoral, teológica e social, concordam que a Conferência significou um momento importante para o catolicismo latino-americano.

Em relação ao tema da Conferência de Medellín, *A Igreja na presente transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II*, esse nos faz pensar que existiu, por parte do episcopado, a compreensão que existia na América Latina a necessidade de uma intervenção frente a uma situação específica desse continente. Nesse caso, não seria, então, essa situação a realidade de subdesenvolvimento, bem a propósito do que foi sugerido por Comblin em seu documento? Para ele, levando em conta a história da América Latina, deixar de lado os fatos seria privar-se de situações úteis. Afinal, “o desenvolvimento e o subdesenvolvimento da América latina constituem fenômenos específicos determinados em grande parte pela história do continente” (COMBLIN, 1968, p. 1).

Entre outras situações, uma consistiu na adoção de uma nova postura por parte da Igreja frente aos regimes políticos totalitários que se instauravam no continente na segunda metade do século XX. Uma postura que, como era de se esperar, não ocorreu sem consequências para as suas estruturas e, principalmente, para alguns dos seus clérigos. Afinal, num contexto em que as perdas da liberdade democrática, a censura e o silenciamento das vozes dissonantes eram legitimados por medidas extremas do governo, uma determinada ala da Igreja entendeu que essa instituição não poderia mais ser vista como sendo solidária aos grupos dominantes.

Esse agravo social se tornou ainda mais alarmante na medida em que os agentes civis que buscavam sua superação, de forma menos diplomática e mais na base do enfrentamento, adotaram medidas revolucionárias. Quanto a isso, citando o caso da revolução social ocorrida na Bolívia, Comblin entendia que não cabia à Igreja nem propor, nem escolher os meios e os caminhos da revolução social e que, apesar de fazer todo o possível para que ela se fizesse de modo pacífico, nada garantiria que tal instituição religiosa evitaria as

violências. Portanto, envolvidos por esses campos de disputas, os agentes católicos que atuavam no campo externo da Igreja, antes e durante a realização da Conferência de Medellín, trabalhavam e produziam de maneira que suas observações e possíveis apontamentos não deixassem de contemplar essa conjuntura que estava posta na sociedade. Afinal, em uma Conferência que se propunha uma virada nas suas tomadas de atitudes, análises e reflexões dessa natureza não podiam ser desconsideradas.

Assim, atenta a essas situações, “Medellín quis ser uma reflexão sobre a realidade da América Latina à luz do Concílio Vaticano II” (BEOZZO, 1988, p. 791). Com essa justificativa, surge, então, a necessidade de fazer uma releitura dos documentos conciliares à luz da América Latina, de modo particular, a *Gaudium et Spes*, que “mesmo não sendo um documento que tenha sido escrito na perspectiva dos pobres, serviu como projeção para Medellín” (COMBLIN, 1988, p. 809). Outro documento de grande inspiração para essa Conferência foi, sem dúvidas, a encíclica *Populorum Progressio*,³ pois exerceu uma “profunda e duradoura influência sobre o continente e sobre as atitudes da Igreja, frente ao desenvolvimento, ‘o novo nome da paz’, no dizer da própria encíclica” (BEOZZO, 1998, p. 824).

Além da influência desses documentos, o episcopado direcionou principalmente suas discussões tendo os pobres como principal perspectiva. Conforme lembra Beozzo, a conferência de Medellín “deita raízes no grupo ‘Igreja dos pobres’ que se organizou já na primeira sessão do Concílio” (BEOZZO, 1998, p.25). Entretanto, há quem considere, como é o caso de Comblin, que, na verdade, essa conferência tratou, especificamente, da pobreza da Igreja (documento 14), e não da opção pelos pobres. Diz ainda que a opção pelos pobres, por sua vez, seria uma temática reservada para a Conferência de Puebla. De todo modo, entendemos que a opção foi feita e, ao assumir essa causa, o episcopado mostrou que, mesmo que a Conferência tenha

³ Considerando, pois, que muitos dos que estavam presentes no Vaticano II acreditavam que o Concílio não atenderia de imediato às demandas do continente latino-americano, alguns bispos fizeram chegar ao Papa Paulo VI o clamor por uma pauta que contemplasse as urgências da América Latina. Surge, então, em 1967, a encíclica *Populorum Progressio*, cujo título era: *Desenvolvimento dos povos* (BEOZZO, 1988).

sido considerada, por alguns, como um evento que nasceu, anos antes, nos corredores e nos porões do Concílio Vaticano II, ainda assim, procurou mostrar que não estava disposta a ficar restrita a essa herança. Por isso, deu um passo à frente, ou seja, “reconheceu que os pobres estão no centro da bíblia, e que a Igreja deve ser a Igreja dos pobres” (COMBLIN, 1988, p. 811).

A Conferência de Medellín trouxe, portanto, para a Igreja latino-americana, um forte impacto eclesiológico, pois uma de suas grandes contribuições foi assumir que sua ação deveria partir de uma realidade concreta, ao invés de apenas postulados doutrinários. Desse modo, para a elaboração dos documentos da Conferência de Medellín, foi utilizado um princípio que muito se assemelhava ao método da Ação Católica de ver, julgar e agir: “Não basta, certamente, refletir, conseguir mais clarividência e falar. É necessário agir. A hora atual não deixou de ser a hora da palavra, mas já se tornou, com dramática urgência, a hora da ação” (CELAM, 1998, p. 38). Com isso, ao que parece, a Igreja na América Latina deixou de ser uma tentativa de reprodução da Igreja europeia.

De fato, o ponto vital a se constatar é que, a partir da Conferência de Medellín, “pela primeira vez, a Igreja latino-americana deixou de reunir pessoas para cultuar a Deus somente através de liturgias e práticas sacramentais, cujo conteúdo as fazia evadirem-se do mundo” (BOTAS, 1980, p. 5). Em vez disso, o que podemos observar é que, olhando para a Igreja em toda a sua dimensão, torna-se inevitável não deixar de reconhecer que, em muitos aspectos, ela passou por uma mudança estrutural significativa nesse período. Posturas conformistas, como as que foram apontadas por Comblin, por exemplo, no que diz respeito à posição da Igreja, tornaram-se situações cada vez menos percebidas ao menos para alguns setores dela. De certa maneira, o que se viu depois disso foi uma Igreja menos aliada ao regime e mais disposta ao seu enfrentamento, se necessário fosse.

Nesse sentido, não podemos ignorar que muitas das situações que foram postas por Comblin em seu documento sobre a realidade e os fatores que levaram ao subdesenvolvimento da América Latina podem ser encontradas nas conclusões da Conferência de Medellín. Como exemplo disso, logo na introdução

do referido documento, o episcopado afirma a tarefa educadora da Igreja frente a este continente, porém não deixa de reconhecer que “‘nem sempre’, ao longo da história, foram todos os seus membros, clérigos ou leigos, fiéis ao Espírito de Deus” (CELAM, 1998, p. 37). Ainda nesse momento, também não deixa de reconhecer o quanto a mensagem que ela proferiu esteve distante do evangelho que lhe foi confiado.

Em suma, feitas essas breves reflexões, não estamos, com isso, afirmando categoricamente ter existido uma influência direta do documento de Comblin nos andamentos da Conferência de Medellín, mas apenas apontando a existência de alguns elementos que nos permitem buscar uma aproximação entre o que se vê no documento produzido por ele e o que foi posto como conclusão no registro final dessa Conferência.

Considerações finais

Ao nos colocarmos à disposição para adentrar em uma temática cuja produção discursiva se apresenta, predominantemente, elaborada por autores pertencentes ao campo da teologia, entendemos que fugir dessa produção não seria uma opção possível. Ainda assim, ao utilizar dessas referências, procuramos fazer de modo a favorecer outros direcionamentos teóricos e metodológicos, no caso, perspectivas do campo da História, principalmente, e das Ciências das Religiões. Com isso, buscamos aplicar outros olhares para um evento que extrapolou as dimensões do campo da teologia e da própria Instituição Católica. Por isso, entendemos que outras fontes de pesquisa ainda são necessárias para dar conta desse importante evento que foi a Conferência Medellín.

No primeiro momento, visando a uma maior aproximação factual com o que foi Medellín, sua importância e alcance, fez-se necessário voltarmos, mesmo que de forma breve, aos contextos social, político e institucional religioso que marcou a década de 1960, haja vista que essas dimensões citadas, aliadas aos fatores internos da própria Igreja, ajudaram a impulsionar a realização da Conferência foco deste trabalho. Fez-se, então, importante dizer

que muito do que se pode encontrar no documento de José Comblin tem a ver, justamente, com esses desdobramentos sociais e religiosos. Situações essas que, de longa data, repercutem na América Latina. Não por acaso, esse documento chamou atenção e causou desconforto em alguns grupos específicos da época, isso por conta do seu tom acusatório.

Outro aspecto importante que procuramos mostrar é que o documento de Comblin - como fonte de pesquisa - se torna importante para aqueles que preferem manter suas produções científicas através da abordagem puramente documental. Assim, chamar a atenção para esse aspecto foi outro modo para sinalizar a significância desse documento e do contexto em que foi produzido, o que amplia as opções metodológicas e conceituais para se abordar a conferência de Medellín. Sem dúvidas, sua melhor compreensão é o que torna possível com que novas fontes de pesquisas sejam utilizadas no sentido de trazer novas abordagens e pistas de análise para que o conhecimento que já temos sobre essa Conferência possa se tornar ainda mais amplo. Foi exatamente isso que procuramos no segundo momento deste artigo.

Por último, concentramos nossa atenção no próprio documento. Nesse, buscamos chamar a atenção para alguns momentos que julgamos importantes. Mas do que um documento escrito que teve por pretensão fazer uma análise sociológica e histórica da realidade latino-americana, que ao fazer tal incursão, lançou duras críticas sobre as classes dominantes e ao sistema que provocou e ainda provoca a situação de subdesenvolvimento na qual viveu e ainda vive esse continente. Ao aprofundar sua análise, o autor não isentou a Igreja da sua responsabilidade por essa situação. Em função disso, não temos dúvidas de que se trata de um documento que provocou grande impacto. Seus efeitos ressoaram longe, pois tocavam profundamente a realidade social da América Latina. Apesar disso, seria pretensioso dizer que foi por conta desse documento que a Igreja latino-americana deu um passo decisivo no enfrentamento das questões sociais, mas, certamente, acreditamos que o referido registro cumpriu um importante papel nessa direção.

Referências bibliográficas

BEOZZO, José Oscar. Medellín: inspiração e raízes. In: *Revista eclesialística brasileira*. v. 58, fasc. 232. 1998. p. 823-850.

BEOZZO, José Oscar. Medellín: vinte nos depois (1968 - 1988). In: *Revista eclesialística brasileira*. v. 48, fasc. 192, 1988. p. 771-805.

BEOZZO, José Oscar. Medellín: seu contexto em 1968 e sua relevância 50 anos depois. In: GODOY, Manoel. AQUINO JÚNIOR, Francisco. (Orgs.). *50 anos de Medellín: revisitando os textos, retomando o caminho*. São Paulo: Paulinas, 2018. p. 9-27.

BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. “Ai! que saudades do tempo em que o terço resolvia tudo!”: Prática pastoral e prática política. In: Caderno do CEDI. *Fé e política*. n. 26, 1980, p. 3-10.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *Onde está o povo, aí está a Igreja?* Histórias e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches, 2008.

CELAM - CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Conclusões da conferência de Medellín - 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual?* São Paulo: Paulinas, 1998.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316.

CELLARD, André. Medellín: Vinte anos depois - Balanço temático. In: *Revista eclesialística brasileira*. v. 48, fasc. 192, 1988. p. 806-829.

ESPIG, Márcia Janete. *O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do contestado*. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/27266/15561>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2013.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. *Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica*. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/941/575>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

SOUZA, Alzirinha Rocha de. *Do Recife a Medellín: aspectos históricos e pastorais*. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/38969/26427>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

Arquivos e jornais consultados

COMBLIN, José. *Notas sobre o documento básico*, 1968. (Arquivo do centro de documentação padre José Comblin - UNICAP) - Recife, PE.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife/PE, 12 de jun. 1968.

Trabalho submetido em 17/02/2019.
Aceito em 16/04/2019.

Elenilson Delmiro dos Santos

Doutorando e mestre em Ciências das Religiões pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões - PPGCR da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. E-mail: elenilsondelmiro@gmail.com